



Revista
de Psicologia

ISSN 2179-1740

“PACIFICAÇÃO” NAS PERIFERIAS: DISCURSOS SOBRE AS VIOLÊNCIAS E O COTIDIANO DE JUVENTUDES EM FORTALEZA.

"PACIFICATION" IN THE PERIPHERIES: DISCOURSES ON VIOLENCE AND THE DAILY LIFE OF YOUTHS IN FORTALEZA.

João Paulo Pereira Barros¹

Luiz Fábio Silva Paiva²

Jéssica Silva Rodrigues³

Dagualberto Barboza da Silva⁴

Camila dos Santos Leonardo⁵

Resumo

Este artigo objetiva analisar discursos de jovens e profissionais que atuam com esse segmento sobre o pacto entre grupos criminosos em Fortaleza, ocorrido entre o final de 2015 e meados de 2016, que ficou conhecido como “pacificação”, enfatizando implicações das transformações da dinâmica da violência urbana no cotidiano de juventudes em contextos estigmatizados e mais afetados pela violência letal na cidade. Metodologicamente, o estudo foi realizado a partir de pesquisa-intervenção em duas das regiões da cidade com as maiores taxas de homicídios em 2015 e 2017, mas que experimentaram diminuição significativa dessas taxas em 2016, enquanto vigorava localmente o acordo entre facções rivais. Participaram da pesquisa-intervenção jovens do sexo masculino, entre 15 e 29 anos, moradores daqueles territórios, e profissionais de ambos os sexos que ali atuavam com jovens, mediante observações, entrevistas semi-estruturadas e grupos de discussão sobre violência urbana envolvendo segmentos juvenis. Com base na análise dos discursos dos sujeitos da pesquisa, seus resultados abordam o cotidiano de jovens antes, durante e depois da “pacificação”, realçando os diferentes sentidos atribuídos a esse acontecimento. Ressalta ainda que, sob a retórica da “paz”, lógicas de guerra se perpetuaram por outros meios, afetando sobretudo segmentos juvenis com direitos historicamente violados cujas vidas são consideradas “descartáveis”.

Palavras-chave: Juventude; Violência urbana; Pacificação; Pesquisa-intervenção; Cartografia.

Abstract

This article aims to analyze the discourses of youths and social workers on the phenomenon of there-establishment of criminal groups in Fortaleza between the end of 2015 and the middle of 2016, popularly known as "pacification", emphasizing the implications of the transformations of urban violence dynamics in the daily life of youths inserted in contexts stigmatized and more affected by the lethal violence in the city. Methodologically, the study was based on an intervention research in two regions of the city with the high esthomicide rates in 2015 and 2017, but which experienced significant declines in these rates in 2016, the period of validity of the pact between rival factions in the local context. Young men aged between 15 and 29 participated in the intervention research, and professionals of both sexes who work with young people through semi-structured interviews and discussion groups. Based on the analysis of there search subjects' discourses, their results address the daily lives of young people before, during and after the "pacification", highlighting the different meanings attributed to this event and how, under the rhetoric of peace, logics of warand violence were perpetuated by other means, affecting mainly juvenile segments with rights historically violated and whose lives are considered disposable.

Keywords: Keywords: Youth; Urban violence; Pacification; Intervention Research; Cartography.

¹ Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com;

² Universidade Federal do Ceará. E-mail: luizfabiopaiva@gmail.com;

³ Universidade Federal do Ceará. E-mail: jsrodriguespsi@gmail.com;

⁴ Universidade Federal do Ceará. E-mail: dalgobarboza92@gmail.com;

⁵ Universidade Federal do Ceará. E-mail: camilasantosleonardo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Segundo os mais diversos levantamentos sobre violência letal, tem sido observado o recrudescimento das taxas de homicídios no Brasil. De acordo, por exemplo, com o Mapa da Violência (2016), em 2014, o número de homicídios chegou a 59.627, o que representa cerca de 10% dos homicídios registrados no mundo (Cerqueira *et al.*, 2016). Este levantamento frisa que 53% das vítimas de homicídio concerne a jovens entre 15 e 19 anos, sendo 94,4% do sexo masculino. Já segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 o país superou 60 mil assassinatos. De 100 pessoas assassinadas no Brasil entre o período de 2005 e 2015, 71 eram negras, como indicou o Atlas da Violência de 2017 (Cerqueira *et al.*, 2017). Esses dados põem em relevo que o perfil das pessoas que mais sofrem violência letal neste país corresponde a jovens negros do sexo masculino, embora não sejam os únicos, pois pessoas do sexo feminino também aparecem cada vez mais como vítimas de crimes violentos.

Já o levantamento do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL) de 2014 evidencia um processo de “nordestinação” da violência letal no Brasil, pois oito dos dez estados com maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) são do Nordeste, sendo o Ceará o que apresentou o maior índice, 8,71/mil (Melo & Cano, 2017). Para Cerqueira *et al.* (2017), Fortaleza tem despontado como a capital do país que apresenta o maior número de homicídios em relação à população geral. Os dados referentes à capital cearense são ainda mais alarmantes no que concerne aos segmentos juvenis, pois, em 2014, pela segunda vez consecutiva, a capital do Ceará apresentou o maior índice de homicídios na adolescência (IHA) entre as capitais brasileiras, com o valor de 10,94/mil. Isso representou um crescimento de 365% em relação ao seu IHA de 2005. Se mudanças significativas não forem realizadas, cerca de 11 em cada mil adolescentes serão vítimas de homicídio antes de chegar aos 19 anos, de acordo com o que indicam Melo e Cano (2017).

Não obstante, ao final do ano de 2015, começaram a surgir notícias a respeito de um pacto entre facções rivais ligadas ao tráfico de drogas e armas em Fortaleza, que perdurou até meados de 2016. Ao longo desse período, moradores e profissionais de políticas sociais que atuam com jovens inseridos nas periferias da cidade relatavam mudanças significativas no cotidiano de territórios marcados pelo enfrentamento entre grupos criminosos e destes com a polícia, devido ao fato de aqueles grupos terem selado o que denominavam de “acordo de paz”. Essa repactuação, que ficou popularmente conhecida em territórios

periféricos da cidade como “pacificação”, consistiu, principalmente, na proibição do ciclo de vinganças e práticas de homicídio entre grupos locais. A “pacificação” aqui referida, portanto, diz respeito a um processo advindo não de uma política de diagnóstico e segurança pública qualificada ou mesmo de políticas de promoção de justiça social, mas da reorganização de grupos que disputam mercados ilegais de drogas e armas.

De acordo com dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017), o Ceará foi o segundo estado com maior redução de homicídios no ano de 2016, ficando atrás apenas do Amazonas. A taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) passou de 46,6 mortes para cada 100 mil habitantes em 2015 para 39,8/100 mil em 2016, o que representou uma redução de 14,2%. Esses dados permitem perceber que, no período compreendido pela “pacificação”, houve uma redução significativa no número de homicídios no estado. Moradores reconhecem que essa redução se deu por conta da repactuação das facções. Algo importante concernente a esses dados precisa ser problematizado: nenhuma política de segurança pública conseguiu esse feito em um espaço tão curto de tempo. Assim, as falas dos moradores das periferias “pacificadas” evidenciaram que o fenômeno foi protagonizado pelos próprios envolvidos nas práticas de crimes, com suporte na chegada à cidade de grupos que atuam nos mercados ilegais de drogas e armas em escala nacional.

Tal cenário produziu-nos as seguintes questões de partida para este artigo: como jovens e profissionais que trabalham com juventudes em contextos da periferia da cidade vivenciaram e interpretaram o fenômeno da “pacificação”? Que implicações tal fenômeno produziu no cotidiano daqueles sujeitos inseridos nas margens urbanas da capital cearense?

Assim, este artigo objetiva analisar discursos de jovens e profissionais de políticas sociais que atuam junto a esses segmentos sobre o fenômeno da repactuação de grupos criminosos em Fortaleza que ficou popularmente conhecido, em âmbito local, como “pacificação”, enfatizando implicações das transformações da dinâmica da violência urbana no cotidiano de juventudes inseridas em territórios “pacificados” nas periferias urbanas. Assim, a partir de diálogos da Psicologia Social com estudos de Michel Foucault sobre o sujeito e sua relação com jogos de saber-poder e com as reflexões pós-coloniais de Achille Mbembe sobre Necropolítica, bem como com áreas afins que estudam a questão da violência urbana, toma-se o “acontecimento-pacificação” como uma pista para a análise de modos de subjetivação engendrados em contextos estigmatizados e mais afetados pela

inscrição da economia da violência letal na tessitura do cotidiano.

Uma vez que serão lançados holofotes sobre o que, no âmbito específico da capital cearense, foi significado como “pacificação”, cumpre-nos assinalar que, conforme destaca Oliveira (2016), a categoria “pacificação” tem um potencial heurístico para compreender as formas de “civilizar”, “incluir” e “intervir” em contextos sociais marginalizados e portadores do *status* de territórios violentos. Isso porque a sociedade brasileira experimenta desde a sua invenção processos “civilizatórios” que objetivavam, sob o signo da “pacificação”, “normalizar” um território considerado como “selvagem”. Em nome da “civilização”, índios e depois negros sequestrados de terras africanas foram “pacificados”, geralmente, pelo uso de técnicas como tortura e extermínio. “Pacificação” no Brasil, por conseguinte,

remete a projetos políticos em contínuo processo de aperfeiçoamento desde os tempos coloniais, passando pelas suas ditaduras até as políticas de segurança pública dos contemporâneos governos “democráticos”.

Para além do seu resultado como projeto colonial ou de constituição de um Estado moderno que reclama para si o monopólio da violência, a “pacificação” que se trata aqui envolve ainda um processo autônomo em relação às forças institucionalizadas das políticas de segurança pública. A “pacificação” analisada neste trabalho emerge como um projeto político de grupos atuantes nos mercados ilegais de drogas e armas, os quais viviam em disputa no interior de territórios urbanos delimitados e classificados como posse de uns em detrimento de outros. A própria vida e a morte poderiam ser definidas por fronteiras criadas para dizer quem pertença a que lugar e, portanto, torna-se possível de transitar ou não. Na falta de respostas de governos e agências de polícia, as comunidades das periferias de Fortaleza assistiram à “paz” ser feita por quem produzia a “guerra” e, a partir de um dado momento, resolveu fazê-la em outra escala.

Aos poucos, independente de qualquer intervenção estatal, pessoas que faziam o crime nas comunidades passaram a construir a “paz”. As suas ideias passaram a circular e se ajustar a outros grupos, alguns de referência no cenário nacional, em territórios “esquecidos pelo poder público”, como ressaltam com frequência alguns interlocutores dessa pesquisa, conforme se verá mais à frente. Assim, grupos conhecidos como “organizações” ou “facções” encontraram adesão de grupos locais e construíram uma narrativa que se tornou objeto da investigação que possibilitou a escrita deste trabalho. Entre os inúmeros

efeitos importantes que poderiam ser destacados, sugere-se que a “pacificação”, feita por grupos que fazem o crime nas periferias, teve um efeito especial no cotidiano de jovens pobres e negros, moradores das periferias urbanas de Fortaleza.

MÉTODO

Tipo de Pesquisa

O artigo provém de uma pesquisa sobre juventude e violência urbana, contemplada pela Chamada 01-2016 Universal do CNPq, desenvolvida pelo Vieses: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades, ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). A proposta metodológica do estudo se alinha à perspectiva da pesquisa-intervenção, que, conforme Rocha e Aguiar (2003), trata-se de uma tendência no campo das pesquisas participativas, referenciada teórico-metodologicamente em movimentos institucionalistas erigidos em meados do século XX, cujo intuito principal é investigar a vida cotidiana de sujeitos e grupos na sua diversidade qualitativa.

Para tal fim, radicalizando o caráter interventivo e a implicação política que configuram o próprio dispositivo da pesquisa, a pesquisa-intervenção investe, a partir de situações-problema vivenciadas no contexto pesquisado, em procedimentos que oportunizem a análise coletiva de sentidos e práticas institucionais, visando transformações micropolíticas. Ao problematizar a violência urbana envolvendo jovens sob o prisma sobretudo da Psicologia Social, procuramos alinhar nossa pesquisa-intervenção a partir de aproximações entre o que Moraes (2010) chama da PesquisaCOM e o *ethos* da cartografia (Kastrup, Passos & Escóssia, 2009; Passos, Kastrup & Tedesco, 2014), perspectiva que tais autores desenvolvem a partir das discussões de Deleuze e Guattari sobre o rizoma e que, deslocando-as à prática da pesquisa-intervenção no campo das produções de subjetividades, implica acompanhar processos psicossociais por meio de um exercício de atenção à espreita, da inserção em um território existencial, pondo em análise o plano coletivo de forças que engendra o tema enfocado no estudo e exercitando novas políticas de narrativa na pesquisa.

Locais de pesquisa

A pesquisa aconteceu em dois bairros periféricos de Fortaleza, localizados em regiões diferentes da

cidade, cujos nomes não serão revelados para evitar a identificação das pessoas que participaram da pesquisa. Tais bairros foram escolhidos porque estão entre os que apresentaram as maiores taxas de homicídios no ano de 2015, presenciaram quedas significativas desse tipo de violência em 2016, quando vigorou a chamada “pacificação”, e, após a quebra do acordo entre as facções, experimentaram as elevações mais significativas de homicídios em 2017, segundo dados da Célula de Vigilância Epidemiológica da Prefeitura de Fortaleza (Fortaleza, 2017). Isto é, consideramos que, nesses dois bairros, seria especialmente possível pôr em discussão as implicações desses rearranjos da dinâmica da violência urbana no cotidiano de juventudes inseridas nas margens urbanas de Fortaleza e nos modos de subjetivação ali engendrados.

PARTICIPANTES DO ESTUDO

Considerando os dois lócus em que a equipe de pesquisa se inseriu entre 2015 e 2017, participaram do estudo: 1) 22 jovens entre 15 e 29 anos, todos do sexo masculino, moradores há pelo menos 1 ano em alguma das duas regiões pesquisadas; 2) 14 profissionais de políticas sociais que atuam com jovens, 12 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, que atuavam em alguma das duas regiões há pelo menos 1 ano. O conjunto de jovens que participaram da pesquisa era heterogêneo. Alguns jovens estavam inscritos na dinâmica do tráfico de drogas, não frequentavam a escola e não tinham acesso às poucas políticas sociais disponíveis em seus territórios. Já outros participavam de coletivos juvenis e, ou frequentavam equipamentos públicos existentes em seus locais de moradia. O grupo de profissionais que contribuiu com o estudo também foi diverso, pois tinham diferentes formações e filiações institucionais variadas. Alguns deles também eram jovens e moravam nos territórios investigados, como será possível observar em alguns trechos destacados na seção de resultados/discussão. A escolha dos sujeitos se deu por conveniência, seguindo a técnica da “bola de neve”, em que cada participante indicava outro que pudesse colaborar com o estudo. Já o número de participantes foi definido por critério de “saturação teórica”, a partir do qual a etapa de produção de informações se encerra quando se verifica que o campo não oferece mais novos elementos para fundamentar a teorização.

A fim de garantir que o anonimato dos participantes do estudo, tendo em vista a complexidade da temática abordada, profissionais e jovens serão identificados apenas por números (Ex: Profissional 1 = P-1; Jovem 1 = J-1). Também com a finalidade de garantir a segurança dos participantes, não serão dadas

informações sobre em qual dos dois cenários de pesquisa cada participante estava inserido.

Ferramentas metodológicas utilizadas

Foi utilizada uma triangulação de ferramentas metodológicas: observações no cotidiano, entrevistas semi-estruturadas e grupos de discussão, ambas com foco na tematização da violência urbana envolvendo jovens. As entrevistas se deram sob o manejo da cartografia, conforme trabalham Tedesco, Sade e Caliman (2013), o que significa sobretudo privilegiar a polifonia de vozes em jogo e a experiência do dizer e seus processos de criação de si e do mundo, e não apenas um enfoque no dizer da experiência e na “coleta” de informações. Todas as entrevistas foram audiogravadas. Já os grupos de discussão se deram na forma de oficinas ou rodas de conversas. Todos os grupos foram registrados por diário de campo, assim como as observações no cotidiano. Receberão destaque na próxima seção somente aqueles trechos de entrevistas e dos diários de campo que diretamente abordaram o tema da “pacificação” e suas implicações no cotidiano de jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cotidiano de jovens antes, durante e depois da “pacificação”

Sobre o cotidiano de jovens antes e depois da “pacificação”, em um dos grupos de discussão realizados com jovens que vivem em um dos territórios com maior taxa de homicídios em Fortaleza, percebeu-se que as dificuldades de transitar por outros territórios lhes eram comuns. A criação dos limites territoriais e sua administração são pontos cruciais para compreender os efeitos sociais da “pacificação” como observado nas falas de jovens da periferia.

Ao serem indagados acerca do acesso ao lazer, um dos participantes afirmou: “Parei de surfar porque não podia mais surfar onde eu surfava. Se uma pessoa for pro lado de lá e quiser ir pra praia, ela fica, não passa mais” (J-4). Outro afirmou: “não posso mais frequentar a praça para andar de skate, pois tá tudo tomado” (J-3).

Essas limitações de trânsito implicam em um menor acesso às políticas públicas e uma restrição das possibilidades de vivência da cidade, corroborando para segregação social dessas juventudes. J-5, por exemplo, contou-nos que deixou de frequentar a escola, pois “na mais próxima não havia vaga e a outra fica em território

inimigo". Sobre isso, um dos profissionais entrevistados destaca um aspecto comum antes da pacificação e que tem se agravado com o acirramento das disputas entre facções após a quebra do acordo.

Do período que eu trabalhei pra cá, de 2014 pra 2015 você via muito essa violência entre eles, conflitos territoriais, né, aqui existia esses conflitos territoriais. Muitas vezes os meninos que me conhecem *ligava* pra mim e dizia, "ei, firmeza, num tem como tu conseguir uma blusa aí do equipamento não?". "Rapaz, tem, mas pra que tu tá me pedindo se tu pode *vimaqui* fazer o curso e conseguir a blusa e tal?", "Não, cara, que eu quero ir praí, mas se a galera descobrir que eu moro aqui já era.". Então, a blusa era um simbolismo de que o cara fazia um curso aqui e que não podia mexer nele. [Como se fosse um] passaporte e tinha quem dizia que era um colete à prova de bala. Entendeu? (P-3).

Os processos de territorialização marcados por situações de violência são realidades que perpassam as relações sociais em praticamente todos os bairros da periferia de Fortaleza. Transitar no interior do próprio bairro é um problema social que afeta a vida de jovens pobres no seu cotidiano. Assim, os jovens relatam a necessidade de uma série de cuidados para ir e vir. Foi comum ao longo da pesquisa escutarmos casos em que jovens foram assassinados por entrar em um território proibido para eles, mesmo quando não tinham envolvimento com grupos que vivem em conflito.

Tais aspectos da violência urbana evidenciaram a presença de uma espécie de "viver acuado", conforme pontuado por Passos & Carvalho, 2015, como um dos aspectos constitutivos de modos de subjetivação juvenis nesses contextos estigmatizados. A "cultura do medo" (Barreira & Batista, 2011) e a sensação de insegurança são marcas presentes no cotidiano desses sujeitos antes da pacificação, intensificando-se após a quebra do pacto.

Outro aspecto comum nos discursos dos jovens participantes da pesquisa era o medo de ser confundido com um jovem "envolvido", isto é, inscrito nas dinâmicas do tráfico de drogas, especialmente com membro de alguma facção rival, por simplesmente morar em seu território. Um dos participantes narrou um acontecimento no qual foi confundido enquanto estava soltando pipa com amigos. Acredita que eram traficantes do território vizinho e que, por estarem próximos a um ponto de venda de drogas, foram confundidos com vendedores "rivais". Houve disparos de arma de fogo, os quais o atingiram de raspão. "Senti

só o calor passando aqui de lado e nas costas" (J-6). Por conta disso, estava evitando sair de casa.

Observa-se nos discursos estudados que, em linhas gerais, os jovens da periferia sofrem com processos de classificação em relação ao seu envolvimento, possível envolvimento ou suspeita de envolvimento. Existem jovens que estão efetivamente inseridos em grupos que disputam o território e integram sistemas de vingança entre si. Eles sabem que irão matar e em algum momento morrer em razão das disputas estabelecidas entre os grupos rivais. Alguns jovens não estão diretamente envolvidos, mas cumprem um papel secundário, são conhecidos e se consideram "das áreas", ou seja, compõem aquela comunidade e em algum momento poderão vir a integrar ou defender o território. A maioria, no entanto, não tem nenhum envolvimento, mas mora em lugares que são palco do conflito e por isso poderá ser efetivamente "eliminado". É importante destacar que os assassinatos dessas pessoas não ocorrem simplesmente porque elas atravessam os limites estabelecidos, mas também em razão de estarem "no local errado e na hora errada". Alguns morreram porque estavam na rua no dia em que o grupo rival entrou no território inimigo para praticar uma vingança. Tal empreendimento requer uma série de cuidados, entre eles: entrar e sair o mais rápido possível, localizando um alvo interessante o quanto antes. Obviamente, matar alguém de destaque do grupo rival é um objetivo almejado, mas, na sua ausência e considerando o sucesso da empreitada, poderá ser alguém apenas "suspeito" ou alguém do território rival.

Paiva (2016) analisou, na cidade de Fortaleza, como disputas territoriais e acertos de conta compõem um cenário no qual jovens pobres e negros morrem diariamente, pautando os discursos de políticos apenas quando são lançados relatórios que retratam o número total de mortos. Barros e Benício (2017) também destacam como jovens inseridos nas margens urbanas de Fortaleza encontram-se no fogo cruzado de cada vez mais complexas e letais dinâmicas da violência urbana na cidade.

É importante destacar que a capital cearense historicamente vem experimentando diversas expressões da violência das quais jovens sofrem sobremaneira suas consequências. Na década de 1990, conforme demonstrou Diógenes (1998), as violências que alcançavam os jovens eram vividas no interior dos territórios urbanos da periferia, com suporte na integração de pessoas nas gangues e galeras locais. Na pesquisa de Diógenes (1998), observa-se como as dinâmicas das violências vividas pela juventude criam modos de sociabilidade e territorialidades que delimitam áreas e domínios. Essa ideia é importante porque os dados epidemiológicos não representam uma realidade

de toda a cidade, mas de territórios nos quais vivem os jovens mais pobres. Cavalcante (2011) pensou como esses lugares tornaram-se territórios de exceção nos quais adolescentes e jovens morrem, sem que suas vidas sejam objeto de cuidado e responsabilização das instituições de controle social e justiça. Estes territórios podem ser pensados, também, como demonstrou Paiva (2014), como lugares estigmatizados em que se desenvolvem acertos de conta interpretados como disputas entre bandidos. Assim, torna-se usual que a morte de jovens sejam tratadas como eventos entre envolvidos com o crime, rendendo pouca ou nenhuma atenção do poder público. Morrer, como demonstrou Sá (2014), pode ser o cumprimento de um destino conhecido na comunidade. Territórios no qual os sentimentos de medo e insegurança figuram como parte do cotidiano dos moradores (Matos Junior, 2008).

Do final da década de 90 até os dias de hoje, com a ascensão de grupos organizados em torno do tráfico de drogas ilícitas e com o crescimento de investimentos inefetivos em uma lógica militarizada de segurança pública e no encarceramento em massa, que tem corroborado para um maior fortalecimento das facções, a cartografia dos conflitos territoriais e a dinâmica da violência sofrem significativas transformações em Fortaleza. A “pacificação” e os efeitos que ela foi capaz de provocar sinalizam justamente a força que tais organizações criminosas adquiriram.

Narrativas sobre a iminência da morte antes da “pacificação” foram trazidas por profissionais e jovens. Um dos jovens relatou que “Antes da pacificação, ficava todo mundo naquela esperando a todo momento acontecer uma morte” (P-6). Já um dos profissionais, ao falar sobre as disputas nas fronteiras de territórios dominados por facções, chama atenção para a presença naturalizada da morte no cotidiano desses territórios. Em sua narrativa, vem à tona a presença constante da morte, tendo como efeito uma vida estigmatizada e uma relação com o território marcada pela vergonha:

Todos os dias, ou quase todos os dias, você se deparava em algum lugar, no percurso, com algum corpo estirado, e geralmente isso era em fronteiras, né? A grande questão, que eu acho marcante pra mim, é as fronteiras. . . . esses lugares de fronteira são espaços de violência, disputas, corpos estendidos pelo chão. E, nessa dinâmica da violência, e volta aquela coisa de ter vergonha do estigma de dizer que é daqui. A gente tem vergonha, a gente tinha vergonha de dizer que era do [diz nome do território] quando tava fora (P-2).

Esse relato traz à tona como a noção de necropolítica, do camaronês Mbembe (2003), ajuda a operar reflexões não só sobre formas de dominação em contextos africanos pós-coloniais, mas também sobre as violências sofridas por populações inseridas nas periferias de contextos latino-americanos, como nos centros urbanos do Brasil, também marcados por intensa desigualdade social e pelo racismo colonial. Tal como nas colônias descritas por Mbembe, P-2 narra um cotidiano que se tornou lócus da presença de forças que, não exclusivas exercidas pelo Estado, inscrevem a economia da morte e o uso da violência como um fim em si mesmo na atualização de esquemas de fazer morrer e deixar viver.

Durante a “pacificação”, jovens e profissionais entrevistados relataram que passaram a sentir maior liberdade de trânsito e menor sensação de medo da morte, como é possível observar no trecho abaixo:

Para a gente da periferia isso foi muito bom porque, sem romantizar, obviamente, é que parou de matar os nossos. Começa que as pessoas voltam a ocupar de novo a rua, porque até então ficava recuado devido ao camarada que ia vir na moto com capacete, qualquer moto com capacete suspeito ou carro com vidro levantado, fumê, era assassino e poderia ou receber bala ou levar bala ou distribuir bala (P-4).

Não obstante, a receptividade dos moradores à retórica da pacificação se deve não só à diminuição dos homicídios e possibilidades de trânsitos no território. Está relacionada também aos efeitos da violência difusa e da insegurança na produção de subjetividades acuadas pelo medo e pela percepção de que tais territórios se constituem como um “campo aberto” em que as “leis” e a “paz” formais não se efetivam (Agamben, 2004). Valendo-se do diálogo com concepções agambenianas em torno da vida nua, homo sacer e estado de exceção, Mbembe (2003) relata que as colônias, assim como podem ser considerados em certa medida os territórios fortalezenses em que imperou a “pacificação”, são locais precípuos em que as ordens legais podem ser suspensas e onde a “guerra” não está submetida a regras institucionais.

Ao conversarmos e questionarmos sobre as implicações do “acontecimento-pacificação” em seus cotidianos, um dos entrevistados apontou: “nesses anos todos que eu moro aqui e vivencio as coisas, eu acho que uma grande mudança foi com a ‘unificação’; infelizmente, não pelo Estado, pelas vias que a gente tanto idealiza e luta pra que seja” (P-2). Essa

observação é importante porque nos permite entrever como o “estado de exceção” (Agamben, 2004) tem operado nas periferias, seja pela reorganização das facções ligadas ao tráfico de drogas ou pelo desamparo institucional por parte do Estado Social, garantidor de direitos que se faz presente nesses locais apenas em sua face militarizada, característico do Estado Policial (Barros, Acioly & Ribeiro, 2016; Barros & Benício, 2017). Frente à essa sensação de desamparo por parte do Estado, percebe-se certa adesão ao discurso e sentimento de “pacificação” por parte dos jovens. Quando perguntamos a um jovem qual sua percepção acerca da “pacificação”, ele respondeu:

Metade apoia, porque ninguém quer ser roubado. E qualquer conflito que acontece, eles procuram alguém da facção e falam a situação. De alguma forma ajudam. Se não fosse na verdade a “pacificação” morreria muito mais jovem, entendeu? Porque o governo não está nem aí pra nós. E os cara, de alguma forma, os cara organizaram o barato que estava acontecendo. Os próprios bandidos teve que se organizar porque o derramamento de sangue estava muito alto. “Pô, a gente está se matando, matando nossos irmãos” (J-1).

Nesse contexto, os mercados ilegais de drogas atuam nas margens de um Estado que, efetivamente, não realiza seu papel de gestor da segurança e garantidor de direitos de quem vive na periferia. Tendo em vista o cenário de exclusão e desigualdades sociais ao qual as juventudes periféricas estão expostas, o tráfico encontra facilidade no recrutamento de jovens que atuam nas facções (Fraga, 2004), na linha de frente das disputas com grupos rivais ou com a polícia, como vidas “descartáveis”.

Segundo Barreira (1999), as práticas de violência policial, humilhações e discriminação sofrida pelos jovens das periferias também precisam ser consideradas para entendimento das suas ações e percepções do mundo social. Trata-se de uma informação importante para analisar os sucessos de grupos que emergem como protagonistas do fenômeno da “pacificação”. Em um dos grupos de discussão realizados, ao falar sobre conflitos territoriais e após relatar vivências envolvendo violência policial, um dos jovens declarou: “Eu me sinto mais seguro pelo crime do que pela polícia” (J-2).

Essa declaração proferida por um jovem inserido nas margens urbanas de Fortaleza pode ser lida como um emblema de como a presença cada vez mais intensa de um Estado Policial nos últimos anos tem sido

inócua na redução de violência e sensação de insegurança nas periferias da cidade. Em outra de nossas conversas com jovens, um deles falou sobre a forte presença das forças policiais em seu território, afirmando ser comum forjarem flagrante, implantarem drogas em suas roupas, além de realizarem abordagens truculentas cujas justificativas se dão pela lógica da suspeição criminal.

Em um dos grupos de discussão sobre a temática dos homicídios, um jovem disse que no território em que morava, durante a “pacificação”, “era muito mais tranquilo para se transitar que na Aldeota” (J-13), bairro nobre da cidade, porque andando por lá não teria assalto. Por sua vez, um dos profissionais relatou o que considerava uma banalização das mortes de jovens e as modificações advindas com a “pacificação”, durante a qual os jovens de grupos rivais e mesmo aqueles que não estavam inscritos na dinâmica do tráfico de drogas passaram a se reconhecer como “irmãos”:

Agora, com a “unificação”, eu consigo até andar, antes eu não conseguiria sair daqui. E hoje você consegue passar ali, numa avenida dessa que a partir das 22h00 tem uma pessoa na esquina fazendo a patrulha e tal, você passa, pessoas do movimento do tráfico e tal. Hoje você passa, galera dá boa noite. “Pode crer, tudo irmão” (P-2).

Em um dos grupos de discussão com jovens, estes citaram um evento semanal de *reggae* que juntava juventudes de diversos territórios como algo que se tornou possível por conta da “pacificação”. Fica nítido, portanto, que a dinâmica provocada pela repactuação de forças criminosas ligadas ao tráfico de drogas ilícitas teve efeitos simbólicos e práticos importantes, na perspectiva de jovens e trabalhadores sociais de territórios estigmatizados pelo desamparo institucional e pela violência, consistindo em um fenômeno de mudança social substantiva na relação das pessoas da periferia com seu bairro, vizinhos e serviços públicos. Ao chegar nos bairros da periferia, ela inaugurou novas territorialidades, possibilitando circulações e encontros que não eram possíveis. O acesso a serviços públicos se tornou aberto a pessoas que, por exemplo, não podiam frequentar o posto de saúde do território inimigo. Também as festas retratam essa nova maneira de viver no bairro, com a frequência de vários moradores de áreas que outrora não podiam ser experimentadas por determinados moradores. Mudou a maneira de viver e se sentir morador de um bairro urbano reconstruído pela abertura a novas circulações e atividades.

Com o fim da “pacificação”, a partir de meados de 2016, o que jovens e profissionais vivenciavam antes, e que aqui chamamos de “acuamento” em decorrência do medo e da insegurança, passou a se dar de modo ainda mais intenso. Um dos principais sinais disso tem sido a elevação dos homicídios em 2017. Isso pode ser observado com uma comparação entre o número de homicídios do primeiro semestre de 2016 no estado do Ceará, que foi de 1743, e o mesmo período do ano de 2017, que registrou 2288 homicídios, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

“Paz para quem”? Relatos de intensificação de violências sob a retórica da “pacificação”

Apesar da redução dos homicídios ter sido observada por especialistas¹ e moradores durante a “pacificação”, é necessário questionarmos: quais outras expressões de violência continuaram operando e quais processos de subjetivação essas reorganizações provocaram?

Um dos profissionais traz justamente a problematização sobre que “paz” foi essa provocada pela repactuação entre grupos criminosos.

É uma contradição na minha cabeça, é uma coisa que eu fico assim: meu Deus, mas como é que tá se estabelecendo essa paz? Mas de fato a sensação é de maior segurança. De eu ver casos em que gente tem uma confusão num *reggae* e alguém dizer assim: “olha, macho, tu só vai sair daqui vivo porque tá tudo em paz, se não tivesse...”. Entendeu? E é até uma coisa pra gente refletir sobre isso, assim, num é, tem o lance da vida, né, num é “eu não vou te matar porque tua vida é importante”, num é isso. É uma outra lógica que talvez a gente não entenda muito bem, mas é a lógica deles. Então, “num vamo fazer confusão aqui pra num melar o *reggae*” (P-6).

Se, com a “pacificação”, houve uma sensação de maior liberdade de transitar pelo território e uma redução dos homicídios, por outro lado, os entrevistados identificaram outras expressões de violência que continuaram presentes e até se intensificaram. A primeira sensação de que a “paz” representou algo positivo se seguiu a percepção das condições sociais para produção da “paz” feita por grupos que, entre outras coisas, usam da força como meio de estabelecer relações de acordo com suas conveniências e interesses.

Eu não gosto de chamar nem de “pacificação”, porque eu acho que uma “pacificação” a esses moldes, e tal, é uma parada que me remete bem a um pouco de ditadura, e eu acho que a violência hoje não é tanto física, de matar por qualquer coisa, mas existem ainda essas violências físicas. Tipo, se o sujeito roubar numa área que tá “unificada” o pessoal vai lá, mete a peia, pode até matar, e isso é, assim, uma coisa que extrapola qualquer senso do que é paz. E aí, existe essa violência, existe a violência contra as mulheres; você vê muito a questão sexista, nos rolezinhos, principalmente (P-4).

Segundo os participantes do estudo, com a “pacificação”, as facções passaram a exercer ainda mais um poder de soberania, isto é, passaram a decidir sobre a vida e a morte nas margens urbanas com vigor ainda maior, como aponta o profissional abaixo:

É como se fosse um tribunal, eles não matam logo. Primeiro tem uma espécie que eu chamo de advertência, só que é uma advertência bem dura, bem severa; pode ser um isolamento numa rua tal, porque eles vão ser presos, antes de chegar lá, eles já estão assistindo ao programa policial. A galera já sabe quando chega lá, ou então algum agente diz “ó, vacilou, estuprou lá na comunidade, fez isso, roubou”, aí chega lá, já fica nessa zona de uma reunião na qual vai decidir sobre a vida dele. . . . Se o cara roubar nas áreas, eles não querem que roube nas áreas, principalmente o cidadão, tá errado, tá entendendo? Certo que é errado o que eles estão fazendo, mas é a punição deles. Eles não vão deixar em branco. Eles não vão ligar para a polícia “Mermão, prende o menino que o menino tá roubando!”, Ou eles vão dar uma pisa, ou manda sair fora, ou eles mata. Mas, no último caso, eles mata (P-4).

O relato acima fala sobre uma espécie de resolução de conflitos sendo operada numa lógica extra-legal. A ideia de “tribunal” compõe a ação das facções protagonistas da “paz” e remete a uma prática comum e popularizada nas periferias². É preciso “andar pelo certo” e não observar determinadas regras de conduta pode significar “se dar mal”. Não obstante, não é qualquer um que julga a gravidade do desvio, existem hierarquias e posições que precisam ser observadas no

processo de “juízo”. As pessoas que participam do tribunal, também, fazem o “debate”³, ou seja, trocam ideias que tem um valor moral que pode culminar na resolução do conflito ou na punição de um sujeito desviante. Todavia, para além disso, é relevante observar que a reorganização dos conflitos que a “pacificação” trouxe não impediu que a morte sumária deixasse de acontecer, apesar da redução significativa dos homicídios que foi atribuída por diversos trabalhadores e moradores das periferias ao acordo de “paz” entre as facções.

Trata-se de um processo que impõe a ordem pela força e por uma força que precisa, recorrentemente, ser demonstrada de modo espetacular, seja a céu aberto, seja por meio das redes sociais. Em muitas vezes, as maneiras pelas quais as facções criam interlocuções com a comunidade são revestidas da necessidade desses grupos se retratarem como “os que mandam na quebrada” (J-8). Então, não apenas fazem uso da força como, também, de maneiras explícitas e cruéis de mostrar aos demais que estão dispostos a impor sua maneira de ver e viver em “paz”. Assassinatos de pessoas, com exposição dos seus corpos torturados se transformaram em um meio de construir a “paz” que, nos termos das facções, envolve a experiência de obedecer às regras impostas. Aos poucos, essa ideia de viver em “paz” passou a ser questionada e criticada nas comunidades.

Um dos jovens afirmou que a “pacificação” foi só “fachada”, pois as mesmas coisas que aconteciam antes também aconteceram nesse período nomeado de “paz”: “aquilo ali foi só fachada, por *debaixo dos pano* acontecia as *merma* coisa; mataram o fulano, que era *mil grau*, nunca saí do meu território na ‘pacificação’; só teve um dia, que foi o dia que eu fui pra barragem, aí eles quebraram o ‘pacto’” (J-9).

Faz-se importante atentar que os modos de subjetivação juvenis são produzidos nesses contextos de conflitos territoriais, em que os jovens figuram como vidas descartáveis tanto por parte das facções, que o inscrevem subalternizada e precariamente em seus empreendimentos, como por parte da lógica militarizada da política de segurança pública, que concebe tais jovens como a personificação do inimigo interno a ser eliminado (Barros & Benício, 2017).

Um outro efeito da dinâmica da “pacificação” foi uma maior “tentacularização” das ações dos envolvidos na gestão dos mercados ilegais de drogas e armas, que pode ser compreendido como o aumento da capacidade das facções em cooptar jovens e gerir a vida e a morte nos territórios.

Existem as violências do tipo, você tá aqui

conversando com alguns meninos, e aí você escutar deles e tal, e aí é o que deve acontecer mesmo assim entre eles, né, cooptação de outras pessoas, de outros adolescentes pro movimento do tráfico, né? Eles veem muito a questão do, se eles veem algum adolescente muito parado, muito à toa eles vão lá e cooptam mesmo: “ei, ei, ei, tá afim de ganhar uma grana, num sei o quê?” Porque é muito fácil pra galera da periferia entrar no movimento (P-2).

Além disso, alguns participantes do estudo citaram o acirramento dos conflitos com a polícia como uma das possíveis implicações da “pacificação”. P-2, por exemplo, foi enfático ao dizer que: “a violência do Estado, inclusive depois da unificação, se faz bem mais presente do que a própria violência entre os jovens. A polícia, hoje em dia, tem mapeado todos os rolezinhos e reggaes da cidade. Eles têm mapeado tudo, né?”. Diante do cenário de crescente insegurança e da falta de credibilidade nas instituições de proteção social do Estado, cresce “o prestígio dos chefes do crime, que às vezes se oferecem às comunidades como a única tentativa de proteção” (Kehl, 2015, p.77).

Sobre o tema de crescimento dos conflitos com a polícia, outro interlocutor fala de como os policiais que tinham certa “convivência” com o tráfico passaram a se organizar através de milícias após o fortalecimento das facções:

As milícias elas encorpam uma organização agora mais forte dentro da própria polícia, da civil e da segurança. Porque muitos desses policiais que então batia foto, pegava um arrego e tal e tal, tinha essa convivência com a indústria do tráfico, agora eles não recebem isso. Então o que que acontece? Eles vão ter que se organizar entre eles para demarcar o território deles. Coisa que acontece muito melhor no Rio de Janeiro, tem algumas milícias que dominam o morro com internet, com gás, inclusive, com o tráfico também. Eles não se libertaram total do tráfico (P-4).

Para um de nossos entrevistados, as condições de produção da “pacificação” estão relacionadas a uma questão econômica e que sua condição de possibilidade foi engendrada pela política de “guerra às drogas”, por meio da qual o Estado tem chegado nas periferias fortalezenses (Barros & Benício, 2017). Ou seja, essas condições dizem respeito aos próprios limites do que foi chamado de “acordo de paz”, limites evidenciados inclusive pela elevação dos

homicídios a patamares nunca vistos antes..

Essa nova reconfiguração agora dos comandos e das pacificações, a gente sabe que elas têm um limite. . . . Quem dá a linha nisso aí, não é por uma questão social, primeiramente dizendo, é pela questão econômica. Enquanto houver essa lógica de guerra às drogas a gente vai ter por outro lado também organizações que vão disputar por espaço, esse espaço é muito forte (P-4).

Assim, as condições de produção da “pacificação” se relacionam com uma realidade institucional muito peculiar, na qual as agências de assistência e proteção social não parecem produzir efeitos sociais relevantes. Na contramão de políticas de proteção à juventude estão as ações de controle social, orientadas pelo trabalho policial de “combate” às drogas, a traficantes e bandidos. A generalização da ideia de “bandido bom é bandido morto” cumpre ainda o papel de gestar a “proteção” da sociedade pela violência praticada, em geral, contra os mais pobres de maneira indiscriminada.

Outro interlocutor pontuou a ineficiência do Estado em promover paz, observando que a expansão das facções ocorreu pela lacuna deixada pelo Estado: “Quando eu vi aquele acordo, gente comemorando, eu pensei: nós estamos ferrados. Como sociedade, perdemos. O Estado perdeu. CNPJ não tem sentimento. No contexto que a gente tá vivendo, não cabe romantização” (P-7).

A realidade da “pacificação” indicou que as periferias experimentaram um processo de mudança social ambíguo. Ela foi celebrada porque criou situações práticas importantes, como voltar a circular por onde antes era proibido teve um efeito político importante, pois as pessoas celebraram com alegria essa nova disposição do seu território. Outras ações, como a proibição de assaltos na favela, também, representou uma mudança qualitativa importante. Pessoas mais pobres poderiam comprar bens de consumo, sair e voltar para casa com eles. Algo simples, mas fundamental para quem ganha um ou dois salários e investe boa parte dele em um celular, geralmente, comprado em muitas prestações. Ao fazer realizar algo simples, como deixar as pessoas viverem em “paz”, as facções conseguiram por meio de sua ação produzir um efeito moral e político significativo e que precisa ser considerado em sua extensão simbólica e material. Por outro lado, os custos desse processo também não demoraram a fazer parte das rotinas dos moradores da periferia, sobretudo, dos mais jovens. Conviver com facções na porta da sua casa é conviver com as

arbitrariedades de quem integra esses grupos e seus interesses. O custo moral e político se mostrou bastante alto quando a violência das facções se mostrou capaz de ser extremamente perigosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tomamos os discursos de jovens e profissionais que atuam com jovens inseridos em políticas sociais e atuantes em territórios da periferia de Fortaleza sobre a repactuação de grupos criminosos, conhecida localmente pela expressão “pacificação”, como pistas para cartografar as implicações da violência difusa, da produção do medo e da insegurança no cotidiano de juventudes e nos modos de subjetivação engendrados em margens urbanas estigmatizadas pela violência. Nesses contextos, discutimos como juventudes periféricas se encontram em uma espécie de fogo cruzado em um contexto onde predomina um permanente “estado de exceção”.

Os discursos dos participantes deste estudo e que foram destacados ao longo do texto chamam atenção para aspectos importantes da dinâmica da violência urbana nas periferias da cidade e suas implicações no cotidiano de jovens inseridos nesses contextos, ao denunciarem situações de violência urbana vivenciadas pelas juventudes e suas implicações psicossociais, como o medo em transitar além das fronteiras dos seus territórios e as limitações de acesso desses jovens às já precárias políticas públicas disponíveis nas periferias da cidade. Outro aspecto relevante destacado nos discursos dos participantes diz respeito ao descaso do Estado frente às mortes nos bairros da periferia e o desamparo institucional que os jovens reconhecem e precisam lidar nesses espaços, traços do que podemos considerar um paradigma bio-necropolítico em curso, a partir de diálogos entre a noção foucaultiana de racismo de estado e a noção mbembeana de necropoder.

A “pacificação” das periferias de Fortaleza tratou-se de um fenômeno complexo que envolveu questões práticas e processos de subjetivação com implicações importantes na maneira de (con)viver em territórios urbanos. Tal acontecimento assinala o fracasso de um projeto nacional de construção de uma comunidade moral e política, com suporte em instituições capazes de exercer o controle social e garantir a mediação não violenta de relações sociais entre moradores de uma cidade. Por outro lado, a “pacificação” também demonstra a capacidade de agenciamento de sujeitos históricos, gerando efeitos práticos na vida social de uma sociedade que, em tese, pretende-se democrática.

Ao se constituírem como “responsáveis” pela “paz”, pessoas que fazem o crime e integram grupos capazes de exercer o mando pela força ensinam uma lição perigosa. Em linhas gerais, acreditamos que eles subvertem a ordem vigente sem destituí-la, sem modificá-la, mas agenciando suas estruturas para, mantendo tudo como está, gerenciar mercados ilegais de drogas e armas, manejando maneiras específicas de fazer o crime, contra alvos específicos.

Assim, guerras territoriais foram terminadas apenas para recomeçar em outra escala, pois as facções estabeleceram novas territorialidades para “guerra”. Enquanto áreas de bairros da periferia foram “pacificadas”, outros grupos investiram na cidade como espaço do crime e, conseqüentemente, geraram novas configurações para uma “guerra” pelo domínio de mercados e territórios. Faltam ainda elementos para compreender os inúmeros efeitos sociais, mas já é possível observar que as facções se estabelecem como referências para quem pratica ações criminosas ou deseja praticar. Muitos jovens relatam as maneiras de ser de um grupo ou outro. Não se trata mais de pertencer ao território A ou B, mas de ser parte de algo maior, de uma grande facção com presença no Bairro e, também, no Mundo.

A “pacificação” também evidenciou ambigüidades que retratam maneiras com que jovens moradores de uma periferia urbana da cidade de Fortaleza se percebem e se sentem. As penúrias da “guerra” entre grupos locais geraram tantas dores que a possibilidade de existir uma força capaz de superar essa situação criou, imediatamente, uma alegria e adesão ao movimento dos grupos que fizeram a “paz”. A princípio, isso representou algo percebido como positivo sob a ótica de moradores e trabalhadores sociais inseridos na periferia. Foi preciso sentir as arbitrariedades do processo e os seus custos diários para entender como esse movimento possibilitou uma série de outros novos problemas para esses jovens.

A violência que diminui drasticamente, no primeiro momento, logo retornou com maiores intensidades em diversos bairros de Fortaleza. Regras de conduta e “tribunais do crime” foram novos dispositivos implementados, com finalidades de fazer viver e deixar morrer, sem abdicar, porém, completamente da própria produção ativa da morte no seio da biopolítica (Foucault, 1999). Esse processo recria em seu microcosmo processos de subjetivação ligados à ideia de espaços permeados pelas regras típicas de um Estado nacional que está presente com seu aparato policial e, também, pela repressão de quem faz o crime e impõe seu mando pela violência.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo.
- Barreira, C. (2008). *Cotidiano Despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Coleção Conflitos Sociais e Práticas Políticas. Campinas: Pontes.
- Barreira, C. & Batista, E. (2011). Violência e conflito social. In: *Segurança e sociedade: treze lições*. Campinas, SP: Pontes Editora.
- Barreira, C. et al. (1999). *Ligado na galera, juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: UNESCO.
- Barros, J. P. P., Acioly, L. F., & Ribeiro, J. A. D. (2016). Re-Tratos da juventude na cidade de Fortaleza: Direitos Humanos e intervenções micropolíticas. *Revista de Psicologia*, 7(1).
- Barros, J. P. P., Benício, L. F. S. (2017). “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 8(2).
- Cavalcante, R. M. B. (2011). *Vidas breves: investigação acerca do assassinato de jovens em Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará; Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade.
- _____. (2017, março 6). Políticas e os limites da “paz”. *O Povo*. Fortaleza. Recuperado de <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/segurancapublica/2017/03/politicas-juvenis-e-os-limites-da-paz.html>.
- Cerqueira, D. R. C., Ferreira, H., Lima, R. S. D., Bueno, S., Hanashiro, O., Batista, F. & Nicolato, P. (2016). *Nota técnica - Atlas da Violência 2016*. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.
- Cerqueira, D. R. C., Lima, R. S. D., Bueno, Valencia, L. I. S., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., Lima, A. S. (2017). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.
- Diógenes, G. M. dos S. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Programa de Pós-graduação em Sociologia, 1999.
- Feltran, G. S. (2010). Crime e castigo na cidade: os

- repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, 23 (58), 59-73.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fortaleza (2017). Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. *Homicídios de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos em Fortaleza: análise epidemiológica e espacial 2000-2017*: Secretaria Municipal de Saúde.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017). 11º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.
- Fraga, P. C. P. (2004). Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens. In: Sales, M. A., Matos, M.C & Leal, M. C. *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 81-102.
- Kastrup V., Passos, E. & Escóssia, L. (2009). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Kehl, M. R. (2015). Duas chacinas em São Paulo - a mesma polícia, o mesmo governo. In: Kucinski, B. [et al.]. *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 75-81.
- Matos Júnior, C. C de. (2008) *Violência, cidadania e medo: vivências urbanas em Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Programa de Pós-graduação em Sociologia.
- Mbembe, A. (2003). *Necropolitics*. Public Culture, 15, p. 11-40.
- Melo, D. L. B. & Cano, I. (2017). *Índice de homicídio na adolescência: IHA 2014*. Rio de Janeiro: Observatório de Favela.
- Moraes, M. (2010). PesquisarCOM: Política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, M & Kastrup, V. (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 26-51.
- Oliveira, J. P. (2016). *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Paiva, L. F. S. (2016). Muertes en la ciudad: el escenario de los asesinatos de jóvenes en Fortaleza. In: José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira. (Org.). *Paradoxos da segurança cidadã*. 1ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1, 371-390.
- _____. (2014). *Contingências da violência em um território estigmatizado*. Campinas: Pontes.
- Passos, E., Kastrup, V. & Tedesco, S. (Org.) (2014). *Pistas do método da cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum*, 2. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, L. M. & Carvalho, A. M. P. (2015). *Medo e Insegurança nas Margens Urbanas: uma interpretação do "viver acuado" em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim*. UECE. Fortaleza: O público e o privado, 26 (1), 233-259.
- Sá, L. (2014). A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4 (2), 339-355.
- Tedesco, S.H; Sade, C, & Caliman, L,V, A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: revista de Psicologia*, 25(2), 298-322.
- Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília, DF: FLACSO.

Notas

¹ Em sua coluna quinzenal, o jornalista Ricardo Moura (2017) deu destaque à pacificação em matéria intitulada "Políticas e os limites da paz". Iniciativas como essa, debates e análises percorreram a imprensa e a Universidade ao longo dos últimos anos no Ceará, evidenciando o alcance do fenômeno.

² Em São Paulo, Feltran (2010) analisou como os "tribunais do crime" se institucionalizaram como um dispositivo de lei e ordem que consolida "o mundo do crime", na periferia, como detentor de um repertório de acesso à justiça.

³ Segundo Dias (2011), em grupos como o Primeiro Comando da Capital, os "debates" integram diversos dos seus agentes e definem desde as reprimendas mais leves até as punições mais graves em questão.

RECEBIDO EM: 09/11/2017

PRIMEIRA DECISÃO EDITORIAL: 27/11/2017

VERSÃO FINAL: 14/12/2017

APROVADO EM: 20/12/2017